

HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

1. O PROBLEMA

La representación del pasado que se hace la mayoría de la gente es una forma de vivir el tiempo presente (Ballart, 2002:131).

Numa noite fria de um sábado chuvoso, uma pequena multidão aguardava na fila a hora de entrar no mais recente museu criado na cidade de Berlim. Aquelas pessoas aproveitavam o evento bianual promovido pelo organismo de cultura da cidade, que permite até de madrugada a entrada nas principais instituições museológicas a um preço único e com acesso irrestrito, nele incluído o transporte exclusivamente direcionado aos diferentes percursos museológicos. A Longa Noite dos Museus, em sua 22^a edição em janeiro de 2008, teve como tema *As time goes by...*, uma proposta de refletir sobre o tempo e sua passagem, em seus mais variados aspectos. A partir dos diversos acervos integrantes dos museus da cidade, o evento tem por objetivo sublinhar os aspectos relativos às mudanças e transformações implicadas pela passagem do tempo, desde a Antiguidade até os dias atuais. Um dia inteiro dedicado à visita dos principais museus, alguns deles certamente referência mundial, não apenas por seu acervo, mas também pela concepção

museográfica que expõem. Mas o visitante que se dispusesse a percorrer, nesse dia, o conjunto de acervos museológicos da cidade não teria o tempo necessário para realizar tal empresa, tamanha a grandiosidade da oferta. O visitante experimentaria, na própria carne, os dilemas da passagem do tempo – sua falta impedindo-o de ver tudo, registrar tudo. Contudo, a pequena multidão que aguarda na rua, sob condições adversas, a entrada para o pequeno museu chama a atenção e nos leva a perguntar: o que parece atrair e despertar o interesse daquelas pessoas, diante da variedade de oferta de instituições mais renomadas do que aquela? Trata-se de um museu inteiramente dedicado à antiga República Democrática Alemã – o DDR Museum –, que iniciou em 2006 suas atividades, oferecendo ao visitante um acervo voltado a reconstituir as condições de vida – em sua acepção mais completa – na antiga república socialista alemã. O visitante é levado a inteirar-se da vida do outro lado do Muro de Berlim a partir do cotidiano daquela sociedade: a escolarização, o mundo do trabalho, as formas de sociabilidade e de vida sob o regime socialista. Ponto alto do acervo, um Trabant (ou Trabi, na linguagem popular) é o carro associado à imagem da República Democrática Alemã, sonho de consumo no então lado socialista. A diferença: o visitante

*Figura 1. Detalhe de grafite do Muro de Berlim, no subúrbio berlínense
Foto: Guilherme Cruz de Mendonça, 2009*



Figura 2. Muro de Berlim fragmentado, com gradil de proteção para evitar a sua dilapidação. Foto: Guilherme Cruz de Mendonça, 2009

pode tocá-lo, sentar-se e mesmo ligar o automóvel, “experimentando” um objeto da “história”, assim como pode fazê-lo em relação ao conjunto do acervo que tem diante de seus olhos. Menos do que sacralizados, esses objetos parecem estar ali como sinais de um exotismo a que se pretende constranger as formas de vida e sociabilidade que até a Queda do Muro em 1989 esteve conformando identidades coletivas e formas políticas (Figuras 1, 2 e 3). Ver o outro como exótico não necessariamente significa entendê-lo como histórico, parece mesmo uma das formas de condená-lo a não ser submetido ao crivo crítico e interrogativo da história. Esse parece ser, no entanto, o atrativo maior do museu em questão. Permitir ao visitante, sobretudo para aqueles que viveram a realidade de duas Alemanhas separadas por um muro, uma forma menos dolorida de lidar com uma ferida ainda não cicatrizada. Perceptível somente pelas ausências — o pouco espaço conferido ao

período que correspondeu à existência política de dois estados alemães entre 1949 e 1989 no novo Museu de História da Alemanha a poucos metros do Museu da DDR — e pela presença tornada exótica desse passado recente com marcas visíveis na paisagem de uma cidade como Berlim. Seria essa uma forma do “gosto pelos outros”¹ que marcaria uma forma particular de instituição museológica, fundamentalmente aquelas voltadas para a exposição das culturas extraeuropeias? No caso específico, esse outro tornado exótico, objeto de um gosto possível, era um cidadão de outro Estado, falante, contudo, de uma mesma língua e teoricamente tendo partilhado um passado em comum.

1. O autor (De L'Estoile, 2007) sugere uma interessante abordagem das instituições museológicas, dividindo-as em “Museus de Si” e “Museus dos Outros”, cada uma dessas formas comportando maneiras distintas não só de hierarquizar seus acervos, mas também de torná-los visíveis ao olhar. Segundo o autor, cada uma dessas abordagens organiza de forma diversa o mundo ao redor, preenchendo-o de significado.



Figura 3. Início do trecho do Muro de Berlim no subúrbio, região oeste da cidade. Ao fundo, observa-se a torre de televisão Fernsehturm, vestígio da antiga República Democrática Alemã (RDA). Foto: Guilherme Cruz de Mendonça, 2009

Mas o que pretende exatamente essa instituição dedicada a tornar o passado recente da Alemanha (de uma parte dela) um objeto museológico e, por esse caminho, uma forma de objeto das narrativas acerca do passado, o que não implicaria necessariamente considerá-la uma narrativa de história? E aqui um esclarecimento que nos parece necessário: a distinção ora proposta não está baseada em uma pretensa maior científicidade, objetividade e veracidade da narrativa histórica, em detrimento de outras formas próprias de nossa contemporaneidade de narrar o passado. Funda-se tão somente na distinção necessária entre formas de narrar, expor e dar visibilidade ao passado, que, certamente, guardam entre si relações importantes e significativas uma vez que nos remetem às interrogações sobre usos do passado. Retornaremos a essa questão quando indicarmos algumas das importantes relações entre

o nascimento da história como disciplina acadêmica, no século XIX, e o patrimônio como preocupação da política dos estados nacionais modernos baseada em intervenções fundadas num conhecimento que se tornou também disciplinar.

“Escreva um pedaço da História”² são as palavras que encabeçam um formulário distribuído pelos organizadores aos visitantes, convidando-os a participar de uma denominada “História”, elaborada com relatos, memórias ou objetos que tenham qualquer relação com a vida na antiga República Democrática Alemã. Nas palavras dos responsáveis pela instituição museológica, somente os dados e fatos do passado em sua forma bruta não seriam

2. “Schreiben Sie ein Stück Geschichte... DDR Museum”. O título do formulário entregue aos visitantes é “DDR Museum. Geschichte zum Anfassen” (Museu da DDR. A História para tocar-se”). Aqui podemos pensar no duplo significado do tocar: não só os objetos expostos são passíveis dessa experiência sensorial por parte do visitante, mas ele, também, deve ser tocado pelo que vê exposto.

capazes de “apresentar” o passado, uma vez que não seriam capazes de “espelhar” o sentido e o significado que tiveram tais fatos para os envolvidos neles. Como museu de História do tempo presente – denominação assumida pelos próprios organizadores –, a vantagem explícita do Museu da DDR seria poder contar com as memórias e lembranças dos participantes dos fatos narrados e apresentados da “Weltgeschichte” (história universal como modelo de história válida), quer como participantes quer como testemunhas. Desse modo, pretendem os organizadores e patrocinadores do Museu preservar e tornar disponível para as gerações futuras esse conjunto de lembranças e memórias denominadas todo o tempo de “Geschichte” (História). Ainda que de forma não explícita, esse parece ser o caminho para se atingir uma história mais verdadeira, já que ela é fundada na própria experiência e vivência dos fatos. Isso, por si só, já garantiria maior veracidade e densidade ao narrado. Um sintoma de nossos tempos e dos usos do passado que se fazem necessários como demanda coletiva. Matéria para reflexão do historiador interessado em pensar a história na sua historicidade.

Em seguida aos esclarecimentos sobre os objetivos do Museu da DDR, o visitante encontra espaço para fornecer seus dados pessoais, assinalando se tem experiência com o trabalho de “testemunho de um tempo” e se estaria disposto a relatar sua história diante das câmaras. O formulário solicita, ainda, uma curta biografia com a indicação dos “fatos históricos” dos quais foi testemunho, ou em que condições esteve presente quando tais fatos ocorreram. A última questão sugere

ao visitante/historiador que ele relate sua experiência de vida na DDR com suas impressões pessoais.³ Em suma, por todo o percurso, o visitante é cativado pela possibilidade de escrever a história a partir de suas lembranças e memórias, que parecem, assim, se confundir com a própria ideia de História. O ator como a um só tempo autor e testemunho. O patrimônio histórico não parece mais distante e monumentalizado apenas em lugares especialmente pensados para ele, mas próximo e integrado por objetos do cotidiano acessível a qualquer pessoa vivendo num tempo e em uma sociedade. Tudo, em princípio, pode agora integrar esse patrimônio, como todos podem ser autores dessa nova história universal.

Uma observação nos parece importante para a discussão aqui proposta e que toma o Museu da DDR apenas como um sinal, dentre outros, que poderíamos indicar em nossa contemporaneidade, de uma mutação significativa com relação aos usos pretendidos do passado. Tanto na sua forma de uma narrativa acadêmica da história – como a formulada pelo projeto de uma história do tempo presente –, quanto nas formas atuais de patrimonialização do passado, operação envolvendo não apenas conhecimentos qualificados e academicamente validados, mas também políticas públicas de organismos estatais nacionais e de organismos com atuação

3. O formulário utiliza o termo “persönlichen Stimmung”, que traduzimos por impressões pessoais. É importante salientar que a palavra *Stimmung* relaciona-se também à ideia de modulação, remetendo, portanto, a uma forma de intervenção pessoal. Algo que demanda a participação e envolvimento de alguém. É o caso do visitante, que se quer transformar também em responsável pelo relato da História, tornando-se, por essa forma, autor e assim se reconhecendo nesse novo relato da “história universal”.

e abrangência internacionais. O Museu da DDR, entidade privada, ocupa um local simbolicamente relevante, carregado de sentidos para a história contemporânea da Alemanha a partir do século XIX. A pouca distância que o separa da “Museuminsel” – a famosa ilha dos Museus (Figura 4) no rio Spree, que banha a cidade de Berlim, denominada por isso a Atenas do Spree – sinaliza para um dos aspectos a ser considerado com o projeto do Museu da DDR. Trata-se de sua conexão com a história da Alemanha, simbolizada pelo conjunto de instituições que, a partir de 1830 até o século XX, foram localizadas estratégicamente nesse espaço. Faziam parte de um programa histórico e patrimonial desenvolvido em distintos momentos e com distintos propósitos sobre os usos do passado, pelo Estado prussiano, num primeiro momento, e pelo estado nacional alemão a partir da unificação política na segunda metade do século XIX. Iniciado com o projeto do Altes Museum, inaugurado em 1830 pelo rei Frederico Guilherme III, o projeto da ilha dos Museus seria concluído exatamente um século depois, em 1930, com a inauguração do Museu de Pérgamo, a quarta instituição localizada nesse espaço. Transformar a ilha dos Museus progressivamente em uma “Acrópole alemã”, segundo as palavras do historiador da arte Thomas Gaehtgens,⁴ inscrevia-se numa forte tradição dos letados

4. Thomas Gaehtgens aborda a ilha dos Museus de Berlim como um lugar de memória, analisando os diversos projetos de instituições culturais e do patrimônio histórico traçados e executados para este lugar simbolicamente central na geografia da cidade (em François e Schulze, 2003:86-104). Acerca do significado da Grécia para a cultura histórica alemã, consultar Marchand (2003). O livro examina as formas como esse interesse pela Grécia tornou-se institucionalmente operante para além de interesses individuais pelo passado grego.

alemães, que, a partir de Winckelmann no século XVIII, produzira a Grécia como modelo civilizatório e referência de passado, assim como era parte da política cultural do estado prussiano a partir das guerras de expulsão dos franceses em 1813, após a ocupação napoleônica. A inauguração do Altes Museum, assim como a criação da cátedra de História na Universidade de Berlim ocupada por Leopold Von Ranke, a partir de 1824-25, sinalizam para a importância e centralidade que a história ocuparia nesse projeto político-cultural. Pensar o passado transformava-se em condição para a construção do presente após a presença estrangeira nos territórios alemães. Além de seu significado para a história da arte e do patrimônio, a ilha dos Museus simboliza a representação do poder do Estado por meio dessas instituições de cultura com as tensões que são próprias às “lutas de representação”. Como exemplo, a tentativa de introduzir representantes da pintura moderna em espaços museológicos para eles idealizados. Assim, a ilha dos Museus é também expressão de embates travados em torno da definição do patrimônio e de seus objetos a serem preservados, ou seja, em torno do que poderia, efetivamente, se constituir como parte da herança coletiva do passado. Num primeiro momento, anterior à unificação alemã, o sentido dessa “acrópole” berlnense estava mais voltado para a capital da Prússia, uma importante capital entre outras integrantes dos territórios de língua alemã. Num momento posterior à unificação e à fundação do Império Alemão, o projeto era o de transformar Berlim numa capital entre outras de igual importância europeia (sobretudo Londres e Paris). E, para isso, era

preciso dar novo significado ao patrimônio abrigado na ilha dos Museus: um acervo que fosse capaz de expor a variedade de culturas humanas. Uma forte relação entre preservação do passado – das diferentes culturas humanas –, conhecimento acadêmico especializado e política cultural foi a característica central do programa idealizado para esse espaço de museus, repercutindo num crescimento de áreas de conhecimento como a arqueologia, a egiptologia e a história da arte, entre outras. Nesse sentido, esse lugar estrategicamente localizado entre as principais instituições representativas do poder do Estado prussiano – o palácio imperial, a catedral protestante e católica, a universidade, a ópera –, às margens do eixo ligando ocidente e oriente da cidade, é sintoma das transformações históricas que possibilitaram os diferentes projetos arquitetônicos para abrigar o “passado” necessário a cada momento específico dessa história. De um passado que deve ser fonte para a “Bildung” (formação) do habitante da cidade a um passado, objeto de um conhecimento específico e academicamente controlado por especialistas, as instituições da ilha dos Museus, transformada em patrimônio da humanidade pela Unesco em 2000, encenam possíveis e necessários usos do passado para uma sociedade, que como todas aquelas a partir do século XIX, necessitam dele como condição de sua existência e produção de sentido. Portanto, o Museu da DDR parece conectar-se a esse sentido mais geral, adequando o passado recente às demandas sociais contemporâneas sobre os usos do passado. Mas, o que estaria sendo formulado como demanda contemporânea específica de modo a nos voltarmos para o passado?



Figura 4. Mapa da Ilha dos Museus (Museumsinsel). Localizada na margem do rio Spree, congrega cinco grandes museus alemães: Museu Pergamon, Altes Museum, Neues Museum, Alte Nationalgalerie e Museu Bode – construídos entre 1824 e 1930. Acervo: Wikimedia Foundation/Wikicommons. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Karte_berlin_museumsinsel.png)

Em recente e instigante livro sobre os desafios contemporâneos para a escrita da história, o historiador francês Christophe Prochasson (2008) argumenta que estaríamos sob um novo regime de escrita. Segundo ele, ao historiador de ofício seria exigida cada vez mais uma escrita submetida aos ditames dos afetos, sejam eles derivados de engajamentos políticos específicos, de crenças particulares, ou mesmo derivados de um convite à individualidade do historiador. Este seria instado a mostrar-se por meio de seu texto, postura bastante diversa da que o obrigava a esconder-se por trás da pesquisa científica. Esse novo regime emocional, conforme as palavras do historiador francês, supõe determinados constrangimentos às narrativas do passado e faz um apelo à dimensão cada vez mais autoral do texto historiográfico. Como parte dessas mutações próprias ao campo de atuação do historiador, a biografia ganharia novo espaço e significado para a pesquisa histórica, assim como um lugar

que perdera como gênero legítimo da escrita histórica. A ego-história encontrou, igualmente, espaço nesse novo campo de atuação para o historiador de ofício. O sujeito pode voltar à cena da história e é mesmo convocado a essa tarefa como parece ser o desafio formulado pelo projeto do Museu DDR.

O que o trabalho de Christophe Prochasson nos ajuda a refletir é sobre os usos e demandas contemporâneas do passado, definindo uma variedade de narrativas sobre eventos pretéritos consumidos pelas sociedades contemporâneas, ávidas de lembranças e memórias de um tempo muitas vezes idealizado como de certezas e segurança. É como parte dessas demandas que devemos encarar o interesse contemporâneo em torno do patrimônio e das tarefas de patrimonialização do passado. Com isso, queremos deixar claro que o estudo do patrimônio só pode ser compreendido a partir de sua vinculação com as problemáticas atuais que definem interesses específicos com relação ao passado. Portanto, refletir sobre o patrimônio pode e deve ser uma das preocupações do campo historiográfico, submetendo-o a uma investigação que sublinhe a dimensão histórica de sua invenção. Como toda escrita histórica, a reflexão em torno do patrimônio deve considerar as situações históricas de sua emergência – dos discursos e narrativas acerca do patrimônio – como forma de compreender a patrimonialização do passado. Como parte do esforço das sociedades humanas em tornar a experiência do transcurso temporal uma experiência partilhável social e coletivamente. Não nos parece mera coincidência temporal o fato de a emergência da disciplina histórica

no cenário político e intelectual europeu do Oitocentos vir a coincidir com as preocupações relativas ao patrimônio como política pública quando assistimos também ao nascimento de disciplinas e práticas voltadas à preservação e restauração do legado material do passado, com o significado agora – no cenário da cultura histórica Oitocentista – de provas materiais da existência de um passado passível de ser acessado, também, pela via desses restos materiais.

Se partirmos dessa primeira consideração, a de que a reflexão em torno do patrimônio pode ser considerada uma forma de escrita do passado, teremos, necessariamente, que tratar essa escrita a partir de uma perspectiva histórica. Isso significa dizer que as formas assumidas por essa modalidade específica de escrita do passado variam segundo as contingências temporais e sociais sob as quais ela se realiza. Não se trata de pensar numa evolução das formas de escrita patrimonial, mas antes de pensar nas diferentes maneiras sob as quais esses restos materiais do passado vieram a ser tratados sob a forma de patrimônio histórico. Nesse sentido, tomamos distância da tese de Jean-Michel Leniaud,⁵ que pretende tratar a questão do patrimônio recuando no tempo para além dos marcos

5. Segundo o autor (Leniaud, 2002:15), em sua forma de abordar a questão do patrimônio: “On s’efforcera ici, au contraire, d’élargir la chronologie, de faire remonter ces politiques le plus haut possible dans le temps; on verra qu’elles ne sont pas nécessairement liées aux États et que, de ce fait, le patrimoine peut connaître d’autres formes d’instrumentalisation” [“Aqui faremos o esforço, pelo contrário, de alargar a cronologia, de fazer recuar no tempo essas políticas: veremos que elas não são necessariamente ligadas ao Estado e que, por isso, o patrimônio pode conhecer outras formas de instrumentalização”]. Cabe ressaltar que o autor fala em patrimônio e não em patrimônio histórico, o que nos parece dar um sentido distinto e peculiar à maneira de tratar os restos materiais do passado.

instituídos pela Revolução Francesa e sua política de patrimonializar o passado. Adjetivar como histórico um conjunto de bens e traços de épocas pretéritas implica já uma operação peculiar só possível de ser compreendida a partir do momento em que a história instituída como disciplina parece invadir semanticamente diversos espaços da vida das sociedades do século XIX. Como nos faz ver Koselleck, o moderno conceito de história assume tal protagonismo no cenário político-intelectual do Oitocentos, capaz de transformar em “histórico” o conjunto das realizações humanas num tempo passado. E assim também aquelas a serem realizadas no futuro. Nada parece escapar à condição de histórico, tornando natural o que é fruto de uma criação histórica, já que está submetida às condições de certo tempo. A partir dessa consideração, portanto, o interesse contemporâneo pelo patrimônio deve ser interpretado segundo as demandas próprias às nossas sociedades contemporâneas, segundo aquilo que inicialmente apontamos, a partir de Christophe Prochasson, como o novo regime emocional sob o qual nos voltamos para o passado. Isso não apenas fornece a moldura a partir da qual a questão ocupa hoje centralidade como empenho das políticas públicas, mas diferencia igualmente da forma como o patrimônio veio a ser objeto dessas políticas públicas no momento de invenção das Nações modernas na esteira das transformações engendradas pela Revolução Francesa. É como parte desse novo regime emocional que novas escritas se tornam possíveis e necessárias, assim como novas formas de patrimonialização são demandadas. Tal qual a que parece sintomatizar a criação de um museu como o Museu da DDR, capaz de

tornar o passado recente em objeto de fruição, muitas vezes acrítica, mas, certamente, com forte apelo de público e de mídia.

2. PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ESCRITA DO PASSADO

O meu interesse nesta área de reflexão decorre de minhas preocupações sobre o tema da escrita da história em suas diversas modalidades e possibilidades. Pretendo, portanto, sugerir que uma reflexão em torno do patrimônio pode ser compreendida, e acredito mesmo que deva ser feita, em suas estreitas vinculações com o trabalho de produzir narrativas sobre o passado, ofício a que certamente os historiadores, mas não somente e também não exclusivamente, se dedicam. Assim, o “patrimônio é também uma escrita do passado, submetida evidentemente a uma gramática e a uma sintaxe específicas”. Se esta afirmação parece ser hoje de certa forma evidente, nem sempre as questões relacionadas ao tema do patrimônio no Brasil foram compreendidas como integrantes do rol de problemáticas de natureza historiográfica. A geração dos fundadores do patrimônio, integrada basicamente por arquitetos de formação, imprimiu uma marca peculiar ao campo, cujos traços ainda hoje se fazem presentes. Certamente a consideração dessa especificidade é importante para compreendermos os rumos e as diretrizes assumidas pela questão patrimonial em nosso país. Longe de ser uma natureza, sua vinculação ao campo da arquitetura deriva de uma história peculiar da constituição desse campo entre nós e, por isso, não parece ser

estrano um relativo distanciamento do universo de interrogações propriamente historiográficas. No entanto, não apenas entre nós, mas no panorama das discussões internacionais em torno do patrimônio, tem-se observado uma aproximação entre diversos campos de atuação profissional, tornando o tema do patrimônio um lugar privilegiado para um diálogo entre historiadores, arquitetos, antropólogos, historiadores da arte, para ficarmos com apenas alguns desses campos que têm contribuído, de forma decisiva, para tornar complexas as discussões e abordagens acerca do patrimônio, da sua conservação e relação com as sociedades contemporâneas. A semântica do termo já nos sugere uma relação com um tempo que nos antecede, e com o qual estabelecemos relações mediadas por intermédio de objetos que acreditamos pertencer a uma herança coletiva. Assim, esses objetos que acreditamos pertencer ao patrimônio de uma coletividade, e, hoje, até mesmo da humanidade, estabelecem nexos de pertencimento, metaforizam relações imaginadas, que parecem adquirir materialidade a partir da presença desse conjunto de monumentos. O termo patrimônio supõe, portanto, uma relação com o tempo e com o seu transcurso. Em outras palavras, refletir sobre o patrimônio significa, igualmente, pensar nas formas sociais de culturalização do tempo, próprias a toda e qualquer sociedade humana. É através desse trabalho de produzir sentido para a passagem do tempo que as sociedades humanas constroem suas noções de passado, presente e futuro, como formas históricas e sociais de dar sentido para o transcurso do tempo. Uma vez que o tempo é matéria-

prima do trabalho do historiador, e elemento central sobre o qual se engendram formas de narrá-lo como condição de o tornar significativo para as coletividades humanas, pergunta-se: Como não vermos nesse trabalho uma relação com os problemas que afetam diretamente o seu ofício? E é o tempo da história aquele que marcará definitivamente a experiência da modernidade, tomando a medida das ações humanas, como a de escandir a marcação da própria passagem do tempo. Com a Modernidade, o tempo da história torna-se o tempo hegemônico, e o nascimento da disciplina, no século XIX, deve ser visto como parte desse trabalho de narrar o tempo a partir da história das ações humanas. No mesmo cenário de emergência da história em sua forma disciplinar, assiste-se ao nascimento das preocupações de natureza patrimonial, tomando logo sua forma também disciplinar (Poulot, 1997/2006; Babelon & Chastel, 1994). Não se trata de mera coincidência temporal, mas de solos de emergência similares, que tornaram as preocupações disciplinares com a história e as relativas ao patrimônio parte de uma cultura histórica que investe de maneira sistemática em diferentes possibilidades de narrar o tempo passado. Stephen Bann qualificou esse interesse pela história como parte de uma paixão das sociedades oitocentistas pelo passado, paixão decorrente da experimentação de uma irremediável perda diante das profundas transformações que caracterizaram o século XIX. Neste sentido, narrar o passado quer sob sua forma acadêmica e disciplinar, quer sob o signo da proteção do patrimônio seriam formas de realizar o luto: por uma perda irreparável

do passado, definitivamente separado do presente, os espaços de experiência não guardando mais necessariamente uma relação estreita com os horizontes de expectativa, sobretudo, a partir de um evento ímpar como a Revolução Francesa.⁶ O interesse amplo e variado pelo passado – da pintura histórica, passando pelos museus de história à afirmação acadêmica da disciplina –, próprio da cultura histórica oitocentista, seria ainda visto como um “lenitivo para a angústia própria da modernidade” (Ballart, 2002:165). Uma angústia derivada da insegurança decorrente das profundas transformações da modernidade, que tornavam o passado não mais fonte da tradição e dos modelos a serem copiados no presente; mas que demandava novos significados para as experiências passadas, articulando-as de maneira distinta com o presente dos homens em vida. Esse interesse pelo passado como um novo *pharmacón* para os homens do presente no século XIX, às voltas com um mundo que parecia de ponta-cabeça.

O argumento que procuro defender é o de que uma reflexão em torno do patrimônio, definitivamente parte das agendas políticas contemporâneas, deve aproximar-se de uma investigação acerca da escrita da história, na medida em que podemos caracterizar o investimento patrimonial como uma escrita peculiar empenhada em narrar o tempo passado, segundo procedimentos também particulares. Perceber as articulações possíveis com a escrita da história pode, segundo meu juízo, enriquecer nosso debate

e nossa compreensão acerca do patrimônio, qualificando as necessárias e importantes políticas públicas de produção patrimonial. Da mesma forma que uma escrita sobre o passado demanda uma operação que transforme uma massa documental em fonte para a construção desse passado, é também uma operação, uma escolha e um ato valorativo aquele que transforma objetos do passado em patrimônio cultural de uma coletividade humana. É igualmente a partir de traços do passado que o patrimônio pode empreender sua tentativa de reconstrução de uma cadeia temporal e hereditária, vinculando as gerações presentes àquelas que as precederam, estabelecendo, por esse meio, importantes laços sociais necessários à vida das coletividades humanas. E aqui as relações entre patrimônio e memória são estreitas. A simples sobrevivência ao tempo não assegura por si só a condição de transformar em patrimônio histórico um objeto, um vestígio material ou um acervo arquitetônico. E nem mesmo todo o conjunto de restos que sobreviveram à passagem do tempo vieram a se constituir em patrimônio histórico de uma coletividade. O patrimônio é, portanto, resultado de uma produção marcada historicamente. É ao fim de um trabalho de transformar objetos, retirando-lhes seu sentido original, que accedemos à possibilidade de transformar algo em patrimônio. Adjetivar um conjunto de traços do passado como *patrimônio histórico* é mais do que lhes dar uma qualidade, é produzi-los como algo distinto daquilo para o qual um dia foram produzidos e criados. Da mesma forma que um conjunto de documentos só poderá se transformar em fonte histórica pelo trabalho do historiador, igualmente os objetos que

6. A respeito dos conceitos de espaço de experiência e horizonte de expectativa e da tensão e do esgarçamento dessa relação na modernidade consultar Reinhart Koselleck (2006).

aprendemos a ver como *patrimônio histórico* só ganharam essa qualidade a partir de uma operação envolvendo diferentes esferas de produção de saberes e poderes.

3. O PASSADO COMO HISTÓRIA. HISTÓRIA E PATRIMÔNIO NA CULTURA HISTÓRICA OITOCENTISTA

[Rome] Ce n'est pas simplement un assemblage d'habitations, c'est l'*histoire du monde*, figurée par divers emblèmes, et représentée sous diverses formes.⁷

O significado de Roma para a cultura letrada oitocentista está ligado ao papel central que a Antiguidade assume como referência de autoridade. Desde a segunda metade do século XVIII, as viagens à Itália desempenharam papel relevante para a formação [Bildung] de alguém que pretendesse reconhecimento no mundo das letras. Goethe em sua viagem à Itália entre os anos de 1786-1788 assim se expressou em seu diário no dia 1º de novembro de 1786: "Sim, cheguei afinal a esta capital do mundo!"⁸ Não apenas entre os letreados

de língua alemã esta cidade desempenhava papel referencial, na esteira de um caminho aberto por Winckelmann, mas também entre os franceses o *Grand Tour*, a viagem à cidade símbolo da Antiguidade ocupava um papel relevante.⁹ Roma parecia reunir um conjunto de vestígios do passado capazes de torná-la uma cidade singular e especial para os interessados pela história. Na verdade, o interesse renovado pela cidade de Roma a partir da cultura das Luzes inscreve-se numa tradição da cultura humanista, que desde o Renascimento sublinhava o papel central da cidade para a história dos homens. Isso por duas razões, segundo a análise de Alain Schnapp; em primeiro lugar, pelo papel privilegiado da cidade quanto à existência de manuscritos gregos e latinos; e em seguida pela possibilidade evidente de descobrir na paisagem mesma da cidade a presença material da Antiguidade.¹⁰ Essa materialidade parecia conferir novas possibilidades de uma escrita da história, transformando tais vestígios em documento para o estudo de uma época. Assim, escrever a história e patrimonializar os vestígios do passado inscrevem-se num mesmo movimento de valorização do passado a

7. [Roma]. "Não se trata apenas de um amontoado de habitações, é a história do mundo figurada por meio de diversos emblemas e representada sob diferentes formas" (Madame de Staél, 1985: 136).

8. Goethe (1999:148). No mesmo diário, anotava Goethe no dia 12 de outubro de 1786 na cidade de Veneza: "A arquitetura ergue-se da tumba feito um espírito do passado, incita-me a estudar seus ensinamentos como os de uma língua morta; não para aplicá-los ou para deles desfrutar ativamente, mas para reverenciar em silêncio a nobre existência de uma época para sempre passada" (*op. cit.*: 115).

9. "Les français entretiennent avec la ville de Rome des relations particulières, parfois contradictoires, souvent passionnées.. Fils de l'église ou libéraux anti-clériaux, les Français viennent à Rome à la recherche d'une histoire disparue, d'une culture encore proche, d'une spiritualité toujours vive." [Os franceses mantêm com a cidade de Roma relações peculiares, às vezes contraditórias, frequentemente apaixonadas... Filhos da igreja ou liberais anticlericais, os franceses vêm a Roma em busca de uma história desaparecida, de uma cultura ainda próxima, de uma espiritualidade sempre viva] (Foro, em *Anabases, Traditions et Réception de l'Antiquité*, 2007:103. Todo o número 5 da revista é dedicado ao exame da relação entre os franceses e Roma.

10. Ao tratar do nascimento dos antiquários na cidade de Roma, Schnapp (1993) a denomina "capital da História".

partir da cultura das Luzes setecentistas e posteriormente ressignificado na cultura romântica oitocentista. Desse ponto de vista compreende-se o papel singular de Roma, uma vez que reunia não apenas as fontes manuscritas como indícios eloquentes do passado, e também um conjunto de restos materiais agora monumentalizáveis como traço e prova da existência do passado. São elementos indispensáveis para um novo projeto de conferir autoridade ao passado diante das demandas do presente. Tanto uma escrita da história acadêmica, submetida às regras de um projeto de conhecimento científico, quanto a formulação de políticas públicas visando à preservação do patrimônio inscrevem-se nesse projeto e na definição de uma nova forma de autoridade do passado para o presente das sociedades humanas oitocentistas.

Particularmente representativo nos parece o caso francês para ilustrar essa profunda relação entre as preocupações com a escrita da história em sua feição disciplinar e as políticas do patrimônio como forma de preservação dos restos ameaçados do passado. Este se torna objeto por excelência de uma sedução preservacionista pelas diferentes narrativas que se afirmam ao longo do Oitocentos. Sobretudo a partir da revolução de 1830 na França, a história ocupa papel central na agenda política do estado monárquico. Nas palavras de François Furet, Luís Felipe da dinastia de Orléans, que chega ao poder com o movimento de julho de 1830, é o primeiro monarca “de uma dinastia sem passado” (Furet, 1988), uma vez que busca fundar a legitimidade de seu poder não na existência atemporal de uma casa dinástica

ou nos direitos da aristocracia, mas numa constituição escrita que deve indicar as bases desse poder. O passado será preocupação por excelência deste novo regime, voltado para fundar em tempos remotos a legitimidade de uma criação recente: a Nação francesa saída da Revolução de 1789. O rei é agora o rei dos franceses, tornando-se imprescindível que estes mesmos franceses tenham e conheçam a sua história, ocupação acadêmica a ser administrada pelo Estado, mas também tarefa política inadiável com relação aos usos do passado. Ao lado da criação de instituições ocupadas em organizar o conhecimento sobre o passado, o historiador ministro, Guizot, que assume a pasta da Instrução Pública, faz a reforma do sistema escolar proposta no mesmo ano de 1833, em que são criadas as duas instituições na capital francesa, voltadas para esta finalidade. A reforma previa um maior controle laico sobre a educação, ainda que sem desprezar o trabalho e a presença da Igreja, não obstante sua formação religiosa protestante. Esse esforço em relação ao cuidado com o passado se expressa ainda pela preocupação relativa a outras instituições de memória, que são reorganizadas a partir dos novos interesses com relação ao passado (Theis apud Nora, 1986). O debate envolvendo saberes considerados indispensáveis à prática do ofício de historiador, como a diplomática, dá bem a medida de como antigas competências relativas aos manuscritos do passado assumem outros significados a partir das novas exigências da escrita de uma história nacional. Assim, o mesmo ministro Guizot incentiva a publicação da obra de Natalis de Wailly intitulada *Elementos de paleografia*, como forma

de difundir conhecimentos considerados indispensáveis para a leitura de manuscritos antigos inéditos sobre a história da França, sobretudo, relativos à Idade Média (Wailly, 1838). Do ponto de vista político, a revolução de 1830 significou a possibilidade de rearticular a geração de historiadores dos anos 20 a partir de um conjunto de instituições voltadas ao trabalho com o passado. Bem-sucedida, tal estratégia foi capitaneada por Guizot, que reuniu em torno si historiadores renomados como Michelet, Mignet, Thierry. Igualmente, é com o movimento de 1830 que se criou o cargo de inspetor dos Monumentos Históricos, ocupado inicialmente por Ludovic Vitet e, em seguida, de 1834 a 1860, por Prosper Mérimée. Uma geração de especialistas sobre o passado reúne-se a partir do Ministério da Instrução Pública, que teve, não casualmente, suas atribuições bastante alargadas sob a direção de François Guizot: para além dos estabelecimentos escolares e da Universidade, passaram à responsabilidade da pasta da Instrução Pública o Collège de France, o Museu, a Biblioteca Real, a Escola de Chartres (importante na formação de especialistas para o trabalho com os arquivos) entre outros (Theis, 1986).

Como parte desse movimento, pelo qual a história se transforma em poderosa arma política, Guizot, no cargo de ministro da Instrução Pública, e àquela altura historiador consagrado por seus trabalhos, encabeçava o Comitê de membros fundadores de uma sociedade cultural voltada para as preocupações com a história: a Société de l’Histoire de France. Do grupo fundador, além de Guizot, outros historiadores participaram como Barante e Thiers e

segundo o projeto inicial, a Sociedade teria como finalidade primeira a publicação dos *Documentos originais da história da França*. O documento, que registra o nascimento dessa associação voltada para a edição e publicação de fontes para a história nacional francesa, fazia questão de registrar a inovação deste trabalho de coleta, organização, crítica e publicidade para as fontes documentais. Diferentemente do trabalho dos eruditos e antiquários, cuja importância é reconhecida ao longo de dois séculos de pesquisa, o trabalho da Sociedade – organizada de forma mais sistemática – se voltaria para um público maior. A Sociedade estaria, assim, mais apta para o trabalho daqueles que se dispunham ao exercício da crítica histórica. À erudição própria dos beneditinos de Saint Maur, contrapunha-se uma atividade de profissionais da história, cujo trabalho deveria necessariamente visar a um público que formulava demandas novas e diferentes à prática da história, de acordo com um mundo política e socialmente distinto, cujo divisor de águas era a experiência de 1789. As antigas coleções, objeto da prática do antiquarianismo e vindas à luz a partir de critérios próprios da cultura desses eruditos, deveriam agora ser reorganizadas segundo um claro critério, definido a partir dos princípios formulados por uma geração voltada para a construção política e simbólica da nação francesa. O ponto de referência continuava sendo a inovação revolucionária, que deveria, agora, integrar o passado pré-1789 a essa história, num processo em que a Revolução pudesse se transformar definitivamente em história e não mais em objeto de disputas e projetos políticos contemporâneos.

Ao se distanciarem dessa tradição, apontando os seus limites, mas também formulando uma maneira própria de incorporá-la pela via das “ciências auxiliares da história”, os historiadores da geração romântica pretendem para o exercício do ofício um novo estatuto, novas regras e procedimentos, cujo vetor indica o sentido dessa atividade para as novas coletividades nacionais em formação. Parece evidente a clara presença do Estado na formulação, na organização e na administração da história, segundo as novas exigências. No primeiro *Boletim da Sociedade* é publicado o projeto de Guizot, apresentado ao rei, para o financiamento da pesquisa de fontes históricas significativas para a escrita da história da França. Esse mesmo volume ainda estampa em seu título *Revue de l'Histoire et des Antiquités Nationales*, recuperando numa nova formulação o termo antiguidades. Agora, merecem esse qualificativo não apenas os restos materiais das culturas clássicas da Antiguidade, mas também as marcas do passado nacional, legitimadas pelo termo “antiguidade” e, por isso mesmo, igualmente merecedoras da atenção e cuidado da pesquisa histórica. Reelaboração da tradição, agora segundo novas demandas. Esse novo sentido conferido ao trabalho com a história pode ser bem ilustrado pelas páginas de Augustin Thierry, um dos muitos historiadores da geração da primeira metade do século XIX, e também colaborador de Guizot. De maneira clara, ele formula sua compreensão dessa tarefa afirmando:

A história nacional é para todos os homens de um mesmo país uma espécie de propriedade comum;

é uma porção do patrimônio moral que cada geração que desaparece lega àquela que a substitui; nenhuma deve transmiti-la da mesma maneira que recebeu, mas todas têm por dever acrescentar algo a esse patrimônio em termos de certeza e em clareza... De onde viemos, para onde vamos? Essas duas grandes interrogações: o passado e o futuro político preocupam-nos agora.¹¹

O sentido político conferido à história por essa geração de historiadores-políticos é mais do que evidente; para além do passado, o que estava em jogo era a produção de um sentido para o futuro dessa comunidade nacional. Uma tentativa de ler nesse passado certo destino possível, garantindo a coesão social para o presente. Olhar o passado com os olhos da nação foi a grande tarefa a que se lançaram os especialistas do passado reunidos em torno do Estado.

O documento que Guizot envia ao rei Luís Felipe como justificativa do orçamento para o exercício de 1835 do ministério sob sua responsabilidade é esclarecedor quanto ao sentido que confere às tarefas de “administração” do passado. Chamando a atenção para o fato de que os manuscritos e monumentos originais e desconhecidos pelo público superam em muito o que já é conhecido, destaca que somente o Estado, com seu papel coordenador, poderia levar a cabo uma tarefa daquela envergadura. Sem

11. “*L'histoire nationale est, pour tous les hommes du même pays, une sorte de propriété commune; c'est une portion du patrimoine moral que chaque génération qui disparaît lègue à celle qui la remplace; aucune ne doit la transmettre telle qu'elle l'a reçue, mais toutes ont pour devoir d'y ajouter quelque chose en certitude et en clarté*”... “*D'où venons-nous, où allons-nous? Ces deux grandes questions, le passé et l'avenir politiques, nous préoccupent maintenant...*” (Thierry, 1842:29-30).

desprezar os esforços anteriores relacionados ao trabalho de conhecimento desse passado, aponta o fato de as finalidades políticas dessa tarefa requererem a presença ativa do Estado para seu gerenciamento (Guizot, 1860).

Interessante observar, no documento, a distinção que procura estabelecer entre os acervos necessários à história contemporânea e sob a guarda da Biblioteca Real e aqueles integrados pelos arquivos do Reino, importantes para o esclarecimento do passado. Para Guizot, os documentos para os quais demanda uma política do estado francês são “reflexo vivo de todos os séculos, repertório dos julgamentos de cada época sobre ela mesma” (Guizot, 1860:397). O ministro-historiador define uma cronologia segundo a qual os documentos anteriores ao reinado de Luis XV pertencem já à história, podendo, por isso, ganhar a luz sem maiores inconvenientes, uma vez que não pertencem ao mundo da política. Ou seja, não são mais objeto de disputas presentes, foram pacificados pelo trabalho da narrativa histórica. Guizot conclui afirmando que “a publicação que tenho a honra de apresentar a Vossa Majestade será um monumento digno dela e da França”.¹² Sublinhe-se o uso do termo monumento para referir-se ao seu trabalho, que sugere claramente o que está implícito: lembrança e advertência necessárias à comunidade nacional em processo de constituição. O termo pode igualmente ser aplicado para designar um conjunto documental a ser preservado, reunido e publicado como também aos restos

materiais a ser objeto dessa mesma política de administração do passado para as gerações do presente. Ainda que os procedimentos sejam distintos, requerendo competências específicas – a coleta e pesquisa das fontes documentais nos acervos arquivísticos ou nas bibliotecas, e a viagem pelo território para o inspetor de monumentos –, o cuidado com o passado é a tônica e a constante destes esforços do Estado.

Num segundo documento dirigido ao rei, François Guizot, já com o seu pedido para o orçamento de 1835 aceito não sem grande debate, passa a expor as medidas tomadas, considerando os fins propostos no documento anterior sobre a preservação dos vestígios do passado francês. Dentre elas, a criação de um Comitê de especialistas reconhecidos “pelo mérito de seus trabalhos históricos” (Guizot, 1860:400), com a finalidade de acompanhar o trabalho desenvolvido em cada região do país a partir das instruções formuladas e supervisionadas pelo ministro da Instrução Pública. Em alguns casos, o ministério designava diretamente alguém encarregado do trabalho de diagnosticar, *in loco*, a situação das bibliotecas e arquivos, como foi o caso de Michelet, enviado para o sudoeste da França. Nas províncias interessa-lhe especialmente a situação das bibliotecas e de seu acervo, assim como a atuação das academias de letrados, que a partir do século XVIII tornam-se frequentes no cenário intelectual europeu em geral. Lugar por excelência da tradição antiquária e colecionista, essas academias serão contatadas com a finalidade de se adequarem às novas demandas que estão

12. “... la publication que j'ai l'honneur de proposer à Votre Majesté sera un monument tout à fait digne d'elle et de la France”(Guizot, 1860:398).

sendo formuladas pelo estado nacional francês. Juntamente com o ministro, o Comitê elabora uma lista com o nome de 87 possíveis colaboradores nas províncias e o trabalho a ser realizado por eles. Como exemplo, a indicação do que de significativo para a política de preservação existiria em sua região, que seria submetida ao olhar central em Paris, a quem caberia a decisão final. O primeiro balanço da situação nas diferentes regiões da França não se mostra satisfatório, uma vez que parece “reinar a desordem e a confusão” (Guizot, 1860:401) decorrentes do período revolucionário, na avaliação do ministro da Instrução Pública. O documento é, ao mesmo tempo, um breve inventário da situação dos diversos arquivos e seus acervos espalhados pelo território da França, com sua localização e indicação das fontes neles preservadas. O olhar educado pelas novas exigências da escrita do passado esquadriinha o material, indicando, no mesmo movimento, seus possíveis usos para uma escrita da história nacional, necessidade imperativa para o novo regime. Guizot indica em seu texto alguns desses documentos, que são monumentalizados por meio desse procedimento e que, uma vez publicados, terão maior publicidade, podendo ser usados em pesquisa histórica.

Ao final, o documento dedica atenção às medidas que estão sendo tomadas com relação aos monumentos propriamente arquitetônicos, seu estudo e sua preservação, já que, segundo Guizot, este estudo é capaz de revelar “mais vivamente o estado social e o verdadeiro espírito das gerações precedentes” (Guizot, 1860:410). Para

o ministro, a arquitetura seria ao mesmo tempo o começo e o resumo de todas as artes e, dessa forma, uma entrada privilegiada para o estudo do passado das sociedades humanas. História e história da arte, entendida como história da arquitetura, conectam-se nesse projeto em que o passado deve ser investigado em todos os seus aspectos e por meio do conjunto dos indícios que dele restou. Contudo, o ministro está atento ao fato de o trabalho com os monumentos ser inovador em sua proposta. De natureza particular, ainda que relativo ao estudo e conhecimento do passado francês, possui especificidade quanto aos trabalhos históricos relacionados com os acervos escritos. O que propõe é então a realização de um inventário completo e de um catálogo comentado dos monumentos das diferentes épocas que existiram ou ainda existissem em território francês. Um projeto de inventariar como forma de produção de um novo tipo de poder, fundamentado num saber e em competências específicas, que ao conhecer, descrever, organizar e agrupar produz igualmente uma coerência que parece “desvelada” como natural quando, na verdade, é produzida como componente central das formas modernas de poder. O poder que não se exterioriza por meio do uso da força, mas pelo domínio de saberes específicos; o poder de uma nova comunidade política nacional em busca de legitimação e fundamentação para o exercício desse poder (Foucault, 2005). Mostra-se inequívoco o sentido político para os usos do passado envolvidos por esse projeto de conhecimento da “história” de uma Nação quando lemos as palavras

finais do ministro Guizot escritas ao rei Luis Felipe. “Esta empresa não deve ser um esforço acidental e passageiro; será uma longa homenagem, e por assim dizer, uma instituição duradoura em honra às origens, às lembranças e à glória da França” (Guizot, 1860:410).



Figura 5. Detalhe de torre do Castelo de São Jorge, Lisboa. Local que abrigou a Torre do Tombo até 1755. Foto: Anna Finger, 2009

Por reunir um conjunto significativo de historiadores de ofício em torno de uma política de Estado voltada para a administração do passado, o caso francês é, em certa medida, exemplar. Mas não é único. Ao longo do século XIX, o interesse pelo passado se torna parte das preocupações dos estados nacionais europeus, guardando as especificidades próprias que a discussão nacional tomou em cada país. A preocupação com a escrita da história fundada em novas bases, segundo os protocolos da

disciplina em afirmação, aliada ao interesse pelos restos materiais do passado, está também presente no cenário da cultura letrada portuguesa. João Pedro Ribeiro, professor com doutorado em Cânones pela Universidade de Coimbra, representa para Portugal este tipo de interesse. Sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa, a serviço da qual viajara pelo interior do reino para fazer minucioso levantamento dos acervos documentais existentes em Portugal, foi o primeiro ocupante da cátedra de Diplomática. Sua nomeação para ocupar a cadeira coroava uma trajetória iniciada em 1784, quando fora designado para inventariar os títulos pertencentes ao patrimônio da Universidade de Coimbra, seguindo-se em 1789 sua indicação para auxiliar o Dr. João Antonio Salter de Mendonça no exame de alguns cartórios. Em 1802, o visconde de Balsemão o nomeia responsável pela realização de inventário circunstanciado de todos os documentos do real Arquivo da Torre do Tombo (Figuras 5, 6, 7 e 8).

Torna-se referência para os assuntos ligados à documentação do Estado português, o que lhe valeu a nomeação, em 1807, de cronista do Ultramar, com ordenado de 200\$000 réis. O trabalho que realiza guarda semelhanças com o projeto formulado por Guizot no âmbito do Estado francês. No caso de João Pedro Ribeiro, é a serviço de uma academia típica das Luzes, reunindo diferentes áreas de conhecimento, que se fará um mapeamento dos acervos portugueses dispersos pelo reino, muitos deles em péssimas condições de legibilidade, segundo correspondência de João Pedro Ribeiro ao abade Correia da Serra (Baião, 1934). Essa correspondência

com o abade, um dos fundadores, com o duque de Lafões, da Academia Real de Ciências de Lisboa, permite acompanhar as preocupações de alguém que reconhece a necessidade de a escrita da história ser fundada em novos procedimentos, em grande medida herdados da tradição erudita, mas a serem empreendidos agora pela cultura letrada das Luzes portuguesas. É importante, contudo, salientar que João Pedro Ribeiro não se considerava um historiador – traço distintivo em relação a Guizot, que era reconhecidamente um praticante do ofício – e tampouco teve a pretensão de classificar sua vasta produção escrita como uma obra de história. Mas ela viria a se tornar referência central para a geração dos primeiros denominados historiadores de além e aquém-mar. Tanto para Herculano, em Portugal, que frequentara entre os anos de 1830-31 a Aula

de Diplomática na Torre do Tombo, quanto para Varnhagen, que tivera sua formação intelectual nos meios letrados em Portugal.

Na década de 1880, A. C. Borges de Figueiredo e M. Alexandre de Sousa iniciam a publicação da *Revista Archeologica e Histórica*, uma publicação mensal voltada para o tratamento de temas que poderíamos caracterizar como transversais, por articularem a história, a arqueologia e o patrimônio histórico. Nas palavras dos editores ao apresentarem o periódico, a importância que conferem a esses estudos reafirma o lugar do passado para essa cultura oitocentista. “Importa a arte, as recordações, a memória de nossos pais, a conservação de coisas cuja perda é irremediável, a glória nacional, o passado e o futuro, as obras mais espantosas do entendimento humano, a história e a religião”. (1887:1)



Figura 6. Castelo de São Jorge, Lisboa. Foto: Anna Finger, 2009

4. CONCLUSÃO

É, portanto, no terreno da cultura histórica oitocentista que a emergência das narrativas modernas sobre o passado – dentre elas a que se ocupa em patrimonializar o passado – deve ser compreendida. Ainda que guardando suas especificidades, próprias de uma gramática particular, essas narrativas, ao representarem o passado sob diferentes formas, tornam esse tempo pretérito condição para inteligibilidade do tempo presente. Seja ao representá-lo pela via da escrita acadêmica, seja pela via da patrimonialização de objetos materiais.

Refletir sobre o patrimônio é, a partir do século XIX, parte do esforço das sociedades em narrar o passado. E, segundo entendo, obriga-nos a uma reflexão sobre uma forma específica de as sociedades modernas e

contemporâneas lidarem com a experiência do transcurso do tempo e seu resultado para o conjunto das realizações humanas. Significa também operar a partir de um “duplo incontornável: a ausência e o sentimento que ela provoca”, significáveis apenas por meio de traços, de restos e de indícios que nos chegam. O passado só pode ser interrogado por intermédio desses sinais e, por esse caminho, ganhar sentido para as sociedades num determinado presente. Traços que poderão assim ajudar na ressignificação das construções materiais das sociedades passadas fazendo com que seus objetos possam ser vistos como algo diferente daquilo que eram quando foram criados. Trata-se, por conseguinte de uma nova forma de produção de visibilidade, capaz de transformar tais objetos do passado em algo diferente daquilo que um dia foram (Hartog, 2003). Os objetos dispostos para o olhar



Figura 7. Mosteiro de São Bento, atual Palácio de São Bento e Assembleia da República Portuguesa, Lisboa. Local que abrigou a documentação que estava na Torre do Tombo depois do terremoto de 1755. Acervo: Wikimedia Foundation/Wikicommons, 2005. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Lisboa_-_Assembleia_da_Rep%C3%BAblica.jpg)

do visitante do Museu da DDR, com o qual começamos este artigo, são assim algo distinto de sua materialidade, porque evocam, por meio da operação museográfica, um tempo passado, dão a ver um invisível para o visitante. Opera-se claramente por esse caminho uma transformação, que nos obriga a interrogar tal processo de produção de uma nova realidade para os referidos objetos: símbolos de algo para além de sua materialidade dada ao olhar.



Figura 8. Fachada principal da Torre do Tombo (Arquivos Nacionais de Portugal), Cidade Universitária de Lisboa. Sede do arquivo desde 1990. Acervo: Wikimedia Foundation/Wikicommons, 2006. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Torredotombo.jpg>)

Essa nova realidade seria aquilo que daria propriamente a condição de histórico a um conjunto monumental e que, nas palavras da Unesco, se traduz por objetos dotados de “valor excepcional”. Vale ressaltar que me refiro à condição de histórico e não à

natureza de um dado objeto do patrimônio. Com isso, pretendo sublinhar o caráter de operação que torna possível um determinado conjunto de objetos do passado serem alçados à condição de patrimônio histórico. O que os faz aceder a essa categoria não é, portanto, a natureza do objeto em si, mas a operação que permite que sejam vistos como integrantes de um patrimônio histórico e, assim, ganhem uma nova visibilidade. Sabemos que nem todos os restos e traços de uma determinada época adquirem o estatuto de patrimônio histórico, mas somente aqueles selecionados e produzidos como tal poderão se integrar a um projeto de recordação próprio da política de patrimonialização. Tomando as sugestões de Françoise Choay em seu clássico trabalho intitulado *A alegoria do patrimônio*, a monumentalização do passado por meio de um trabalho de patrimonialização de seus restos é uma forma de elaboração coletiva da perda desse passado. E, sobretudo uma maneira de conjurar a experiência da inexorabilidade do tempo e de seus efeitos destruidores sobre o homem.

O retorno do drama faustiano que marcou a experiência da modernidade parece novamente presente, apontando para os paradoxos do ser moderno: a necessidade de preencher com certezas – e com lembranças – aquilo que é incerto por sua própria condição – o tempo pretérito.

REFÉRENCIAS

- BABELON, J.-P. & CHASTEL, A. *La notion de patrimoine*. Paris: Édition Liana Levi, 1994.
BAIÃO, Antonio. *A infância da academia* (1788-1794).

- Visita aos arquivos do Reino. Correspondência a tal respeito de João Pedro Ribeiro, Santa Rosa de Viterbo, etc, Lisboa: Academia de Ciências, 1934.
- BALLART, Josep. *El patrimônio histórico y arqueológico: valor y uso*. Barcelona: Ariel, 2002.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2006.
- DE L'ESTOILE, Benoît. *Le goût des autres. De l'exposition coloniale aux arts premiers*. Paris: Flammarion, 2007.
- FORO, Phillippe. "Présences françaises à Rome: à la recherche de la culture antique". *Anabases, Traditions et Réception de l'Antiquité*, (5):103. Toulouse , 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FURET, François. "La monarchie de juillet. 1830-1848". Em *La Révolution Française 1770-1880*. Paris: Hachette, 1988, p. 325-379.
- GAEHGTENS, Thomas. "Die Museuminsel". Em FRANÇOIS, Etienne & SCHULZE, Hagen. Hrs. *Deutsche erinnerungsorte. III*. München: C.H. Beck, 2003, p. 86-104.
- GOETHE, J. W. *Viagem à Itália 1786-1788*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- GUIZOT, François. "Rapports au roi Louis-Philippe sur la publication d'une collection des documents inédits relatives à l'histoire de France". Em *Mémoires pour servir à l'histoire de mon temps*. Tome Troisième. Paris: Michel Lévy Frères, 1860, p. 394-399.
- _____. "Rapport au roi sur les mesures prescrites pour la recherche et la publication des documents inédits relatives à l'histoire de France". Em *Mémoires pour servir à l'histoire de mon temps*. Tome Troisième. Paris: Michel Lévy Frères, 1860, p. 399-411.
- HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. "Espaço de experiência" e "horizonte de expectativa": duas categorias históricas". *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006, p. 305-327.
- LENIAUD, Jean-Michel. *Les archipels du passé. Le patrimoine et son histoire*. Paris: Fayard, 2002.
- MARCHAND, Suzanne L. *Down from Olympus. Archeology and Philhellenism in Germany, 1750-1970*. Princeton: Princeton University Press, 2003.
- POULOT, Dominique. *Musée, nation, patrimoine. 1789-1815*. Paris: Gallimard, 1997.
- _____. *Une histoire du patrimoine en Occident*. Paris: Presses Universitaires de France, 2006.
- PROCHASSON, Christophe. *L'empire des émotions. Les historiens dans la mêlée*. Paris: Éditions Demopolis, 2008.
- REVISTA Archeologica e Historica, (1). Publicação Mensal. Lisboa, 1887.
- SCHNAPP, Alain. *La conquête du passé. Aux origines de l'archéologie*. Paris: Editions Carré, 1993.
- STAËL, Madame de. *Corinne ou l'Italie*. Paris: Gallimard, 1985.
- THEIS, Laurent. "Guizot et les institutions de mémoire". Em NORA, Pierre (org.). *Les lieux de mémoire*. II La Nation. Paris: Gallimard, 1986, p. 569-592.
- THIERRY, Augustin. *Récits des temps mérovingiens précédés de considérations sur l'histoire de France*. Paris: Just Tessier, Librairie-Éditeur, 1842
- WAILLY, Natalis de. *Éléments de paléographie*. Paris: Impr. Royale, 1838.

